

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

2ª EMISSÃO DE NOTAS PROMISSÓRIAS

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores titulares das Notas Promissórias,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Notas Promissórias da COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Cártula de emissão das Notas Promissórias.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos titulares das Notas Promissórias na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
- CNPJ/MF: 04.370.282/0001-70
- Atividades: (i) gerar, transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos; (ii) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de geração e de transmissão de energia; (iii) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; e (iv) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial.

Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 29/12/2015
- Data de Vencimento: 18/12/2017
- Custodiante: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN: NC001500048/ BRCPGTNPM018
- Coordenador Líder: Itaú Unibanco S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão de Notas Promissórias serão destinados ao pagamento das despesas relacionadas ao Leilão nº 12/2015 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“Leilão”), incluindo o pagamento de bonificação de outorga referente ao Lote B1 do Edital 012/2015-ANEEL, publicado em 7 de outubro de 2015.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Notas Promissórias, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 28/04/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do capital social da Companhia.

Em AGE, realizada em 04/07/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) artigo 12, referente à alteração do número de diretorias, com a inclusão da Diretoria de Relações Institucionais; (ii) artigo 18, referente à definição das competências do Diretor de Relações Institucionais; (iii) artigos 18,19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, foram remunerados para os artigos 19, 20, 21, 22,23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31.

Em AGE, realizada em 23/12/2016, foi aprovada a alteração dos artigos 12 e 18 do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de alteração da denominação da diretoria, que passa a se chamar Diretoria Jurídica e de Relações Institucionais.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: estatal holding;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,54 em 2015 para 0,69 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,99 em 2015 para 0,41 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,97 em 2015 para 0,39 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,24 em 2015 para 0,28 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 18,7% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve aumento de 1,7% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 8,0% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 15,8% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 0,9% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Emissora, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Emissora.

4. **Posição da distribuição ou colocação das notas promissórias no mercado:**
(Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 5.000.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 117% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR NOTA PROMISSÓRIA (2016): não houve pagamentos no período.
- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 100

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 100

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das notas promissórias realizadas no período, bem como aquisições e vendas de notas promissórias efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das notas promissórias realizados no período: não houve;
- Aquisições e vendas das notas promissórias efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização das notas promissórias, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das notas promissórias, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão foram utilizados conforme previsto na respectiva Cártula.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nas Cártulas de emissão das notas promissórias: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Companhia Paranaense de Energia - COPEL obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Notas Promissórias, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos na cláusula 13.1, alínea (XXXIII), da Cláusula de Vencimento Antecipado da Cártula.

Limites e Índices Financeiros

Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Consolidado	≤ 3,5	2,88	Cumpriu
Índice de cobertura do serviço da dívida - Com Rolagem *	≥ 1,5	1,97	Cumpriu

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Cártula de emissão das notas promissórias.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das notas promissórias:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As Notas Promissórias da presente emissão contam com garantia fidejussória.

As Notas Promissórias são garantidas por meio de: (i) Aval, conforme previsto na Cártula.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono atua como Agente Fiduciário nas seguintes emissões:

- (i) 1ª e 2ª Emissões de Debêntures da COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.;
- (ii) 5ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL;
- (iii) 1ª Emissão de Debêntures da NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.;
- (iv) 1ª Emissão de Debêntures da NOVA ASA BRANCA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.;
- (v) 1ª Emissão de Debêntures da NOVA ASA BRANCA III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.;
- (vi) 1ª Emissão de Debêntures da NOVA EURUS VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.;
- (vii) 1ª Emissão de Debêntures da VENTOS DE SANTO URIEL S.A.;
- (viii) 1ª Emissão de Debêntures da MATA DE SANTA GENEVRA TRANSMISSÃO S.A.;
- (ix) 1ª e 2ª Emissões de Debêntures da COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.; e
- (x) 1ª Emissão de Debêntures da COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A..

Desta forma, informamos que o(s) respectivo(s) relatório(s) encontra(m)-se disponível(is) no site: <http://www.pentagonotrustee.com.br/>

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduci: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15/12/1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de notas promissórias da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balanços Patrimoniais
levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	125.165	654.438
Títulos e valores mobiliários	6	13.301	11.826
Clientes	7	298.189	397.151
Dividendos a receber	-	66.178	93.645
Contas a receber vinculadas à concessão	8	65.595	9.162
Outros créditos	10	66.821	109.590
Estoques	-	28.182	26.773
Imposto de renda e contribuição social	11.1	5.169	-
Outros tributos a recuperar	11.3	4.444	14.214
Despesas antecipadas	12	9.506	17.956
Partes relacionadas	13	17.982	-
		700.532	1.334.755
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	92.817	83.361
Clientes	7	111.953	2.055
Depósitos judiciais	14	76.822	59.885
Contas a receber vinculadas à concessão	8	3.050.151	920.673
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	9	67.401	219.556
Outros créditos	10	15.185	12.531
Imposto de renda e contribuição social	11.1	608	573
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	-	69.350
Outros tributos a recuperar	11.3	72.419	61.460
Despesas antecipadas	12	15.902	6.695
		3.503.258	1.436.139
Investimentos	15	3.819.530	2.979.400
Imobilizado	16	6.026.605	6.208.220
Intangível	17	99.103	78.170
		13.448.496	10.701.929
TOTAL DO ATIVO		14.149.028	12.036.684

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais
 levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (continuação)
 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	18	71.249	54.234
Fornecedores	19	136.139	395.038
Imposto de renda e contribuição social	11.1	18.329	177.269
Outras obrigações fiscais	11.3	124.805	108.288
Empréstimos e financiamentos	20	684.078	111.910
Debêntures	21	170.923	95.580
Dividendos a pagar	-	261.685	292.813
Benefícios pós-emprego	22	12.156	11.041
Encargos setoriais a recolher	23	6.379	16.036
Pesquisa e desenvolvimento	24	64.409	49.321
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	4.107	3.839
Outras contas a pagar	26	154.672	34.960
		1.708.931	1.350.329
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	19	36.711	5.923
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	175.265	-
Outras obrigações fiscais	11.3	173.483	170.690
Empréstimos e financiamentos	20	1.228.746	1.732.304
Debêntures	21	1.984.421	995.175
Benefícios pós-emprego	22	199.495	152.831
Pesquisa e desenvolvimento	24	50.995	50.665
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	43.063	41.293
Outras contas a pagar	26	20.579	15.864
Provisões para litígios	27	466.877	616.189
		4.379.635	3.780.934
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	28.1.1	4.429.898	4.334.865
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	979.500	95.033
Ajustes de avaliação patrimonial	28.1.2	954.718	1.072.427
Reserva legal	-	427.895	382.669
Reserva de retenção de lucros	-	1.268.451	867.877
Dividendo adicional proposto	28.1.4	-	152.550
		8.060.462	6.905.421
TOTAL DO PASSIVO		14.149.028	12.036.684

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstrações de Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29	3.935.320	2.890.747
Custos Operacionais	30	(1.626.973)	(1.429.854)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.308.347	1.460.893
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	30	(7.757)	(121.124)
Despesas gerais e administrativas	30	(171.078)	(137.703)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(79.219)	85.054
Resultado da equivalência patrimonial	15.1	(262.832)	187.626
		(520.886)	13.853
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		1.787.461	1.474.746
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	31	100.489	75.868
Despesas financeiras	31	(547.804)	(254.246)
		(447.315)	(178.378)
LUCRO OPERACIONAL		1.340.146	1.296.368
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	11.4	(182.757)	(380.795)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.4	(252.858)	111.840
		(435.615)	(268.955)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		904.531	1.027.413

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Copel Geração e Transmissão S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de março de 2016, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2017

/s/
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F-PR

/s/
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR-050.422/O-3